



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 70-86
www.emtese.ufsc.br

Movimento antiglobalização: Distinções analíticas e uma crítica a Alain Touraine

Leo Vinicius Maia Liberato¹

1. Introdução

Este artigo foi dividido em duas partes. Na primeira realizamos uma distinção analítica de duas tendências presentes dentro do chamado "movimento antiglobalização". Na segunda parte, uma dessas tendências, a qual denominaremos *resistência*, nos fornece a base empírica – artigos que refletem o pensamento, o imaginário e as formas de atuação de indivíduos e grupos europeus participantes da Ação Global dos Povos (AGP)² – para questionarmos alguns pressupostos da definição de *movimento societal* de Touraine (1997) e por consequência problematizarmos o grau de apreensão – a limitação – dessa definição.

A escolha da rede AGP européia deve-se, entre outras coisas, ao fato que, segundo o próprio Touraine (1997), a distinção de movimentos sociais feita por ele – *movimentos sociais*, *movimentos históricos* e *movimentos culturais* – ganha validade particularmente nos países centrais, e portanto a problematização da definição de movimento societal e de seus pressupostos ganha maior plausibilidade se articulada a movimentos desses países.

¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, E-mail: vinicius@cfh.ufsc.br

² A AGP é um mecanismo de coordenação de movimentos sociais, como ela própria se define, criado em fevereiro de 1998 e que tem tido uma relevante participação no chamado movimento "antiglobalização".

2. Oposição e resistência à globalização

De acordo com as definições e concepções referentes a movimentos sociais desenvolvidas por Touraine (1997), o chamado "movimento antimundialização", na expressão de Seoane e Taddei (2001), ou "antiglobalização", como ficou conhecido através da mídia³, se enquadraria como um *movimento histórico*. De fato, trata-se de um "movimento de movimentos", ou ainda uma confluência de movimentos. Sendo que o ponto de identificação que os une é o reconhecimento comum dos gestores (dirigentes, organismos) da situação sistêmica que eles contrapõem (embora para uns essa situação sistêmica apareça como "capitalismo" e para outros como "neoliberalismo").

Os movimentos históricos, segundo Touraine (1997), "opõem o povo às elites, aqueles que sofrem a mudança a quem as dirige" (p. 116). Em si, os movimentos históricos põem em questão uma elite (*ibidem*). Assim, ele observa na atualidade, sobretudo, a formação de movimentos históricos, "movimentos de defesa contra a globalização nos quais se misturam todas as forças de resistência ao novo modo de desenvolvimento econômico" (*ibidem*, p. 119).

Contudo, pensando além do movimento zapatista, e em particular focando na Europa, onde o próprio Touraine (1997) salienta que sua distinção entre movimentos culturais, históricos e sociais ganha validade, podemos nos perguntar se esse movimento histórico chamado "antiglobalização" não é formado por um ou vários movimentos sociais⁴, ou se não existem movimentos sociais em formação sob aquilo que é denominado movimento antiglobalização. A pretensão aqui, não é dar uma resposta afirmativa ou negativa à questão, mas apenas levantar elementos para uma discussão.

Essa contestação associada ao nome *antiglobalização* tem demonstrado uma tendência a seguir duas linhas distintas, embora não necessariamente isoladas e sem ligações e pontos de contato entre si. Podemos assumir a distinção analítica entre *oposição* e *resistência* definida pelos próprios zapatistas, ao citarem o pensamento de Tomás

³ Como Graeber (2002) também aponta, "antiglobalização" foi um termo cunhado pela mídia norte-americana.

⁴ Poderia-se também perguntar se o movimento antimundialização não é formado ao mesmo tempo por diversos *movimentos culturais*, segundo a definição de Touraine (1997). Porém o foco e a problematização neste artigo se fixarão somente sobre a definição de movimento social.

Segovia, como um bom ponto de partida para distinguirmos essas tendências, esses campos em tensão⁵, que compõem o chamado movimento antimundialização e, analiticamente falando, nos aproximarmos de dois tipos-ideais de movimentos de contestação ao chamado processo de globalização: "A oposição não se opõe ao poder, senão a um governo, a sua forma lograda ou completa é a de um partido de oposição; enquanto a resistência por definição (agora sim), não pode ser um partido: não é feita para governar, senão para... resistir" (Segovia *apud* EZLN, 1998, p.221).

O midiaticamente denominado "movimento antiglobalização" seria assim melhor compreendido como uma convergência de movimentos, e mais especificamente de movimentos de *oposição* e *resistência*, como atestam em grande medida as diferenças nas práticas e nos discursos de vários grupos que têm contestado a *globalização*.

A distinção entre *oposição* e *resistência* no plano da prática corresponde em grande parte a uma distinção teórica e de entendimento dos processos econômicos, sociais e culturais em andamento, e que usualmente são descritos pelo próprio termo *globalização*.

Hirst e Thompson (1998), por exemplo, negam o próprio conceito de globalização, argumentando que o que existe na verdade é uma tendência a uma internacionalização crescente mas que "está bem longe de dissolver diferentes economias nacionais nos principais países industrializados avançados ou de evitar o desenvolvimento de novas formas de governabilidade econômica nos níveis nacional e internacional" (p. 17). O pensamento deles talvez seja assim o melhor e mais claro exemplo do correspondente no plano teórico à prática de oposição (política) à dinâmica da economia capitalista mundial. Essencialmente, é um pensamento que procura fundamentar e incentivar a conquista do poder político dentro da esfera dos Estados-Nação e a atuação governamental dentro de diferentes esferas institucionais supranacionais (como em blocos regionais e acordos econômicos) como ação "progressista" a ser tomada diante desses processos de internacionalização da economia.

⁵ Essas tensões, abordadas por Seoane e Taddei (2001), giram em torno de táticas de protesto, ruptura *versus* reforma dos organismos gestores da globalização capitalista, do social *versus* político e de anticapitalismo *versus* antineoliberalismo.

Muzio (1999), ao contrário, utiliza o conceito globalização como explicativo da dinâmica econômica atual. Para ela, diferentemente de Hirst e Thompson (1998), os Estados nacionais estão saindo de cena muito rapidamente, assim como as formas tradicionais de emprego. Fato este que a leva a considerar a centralidade da defesa dos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores uma “estratégia de ação perdedora” (Muzio, 1998, p. 158), uma vez que seria apenas uma questão de tempo para que cidadãos e trabalhadores enquanto conceitos sejam extintos. Segundo Muzio (1999):

Deveríamos, portanto, nos concentrar em algo mais forte e mais fundamental. Pessoalmente sugeriria que o direito sobre o qual deveríamos refletir e insistir deveria ser o próprio *direito à sobrevivência*, (...). Este direito à sobrevivência exige, em essência, a possibilidade de uma pessoa manter sua própria autonomia, definida em termos individuais e coletivos (p. 158).

O melhor exemplo de uma ação nesse sentido pode ser encontrado no próprio movimento zapatista em Chiapas, um movimento de resistência à globalização que visa a autodeterminação, a autonomia e o direito à sobrevivência dos povos indígenas e suas culturas.

Essas duas tendências ou linhas de ação – a *oposição* e a *resistência* – podem ser observadas de forma relativamente nítida dentro das mobilizações que ganharam notoriedade pela mídia a partir de Seattle.

A oposição costuma estar vinculada a formas e mecanismos institucionais, ou institucionalizados, de reivindicação. Porém, os partidos políticos cada vez se mostram mais ineficazes na função de articulação, agregação e transmissão das demandas que provêm da sociedade civil para serem destinadas a tornar-se objeto de decisão política institucional. Esse vazio tem sido preenchido em certa medida pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Nas próprias manifestações e fóruns “antiglobalização”, a presença das ONGs têm sido muito mais significativa e numerosa do que a dos partidos políticos, pelo menos no Norte (Europa e América do Norte). Segundo o Reclaim The Streets⁶ (2000) de Londres, as ONGs tentam se colocar como porta-vozes do “movimento”, assumindo ao mesmo tempo uma postura não hostil às instituições

⁶ Movimento de caráter libertário que inicialmente centrava sua ação na reclamação de espaços públicos privatizados ou obstruídos pelo automóvel. Tem estado ativamente envolvido na resistência global anticapitalista e na coordenação dessa resistência global através da AGP.

políticas, econômicas e sociais. A norte-americana Global Exchange e a internacional ATTAC são exemplos dessas ONGs “antiglobalização”.

Mais do que porta-vozes de uma *sociedade civil*, o conjunto das ONGs, entre outras entidades, tem se tornado cada vez mais sinônimo de sociedade civil. Podemos dizer que a oposição se forma a partir de uma *identidade legitimadora*, como definida por Castells (1999), e que “dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (p. 24).

Outros autores convergem nesse *modo de ver* a sociedade civil. O próprio Castells (1999) cita Foucault, Marcuse e Horkheimer como exemplos. Bernardo (1991), convergindo nesse sentido, afirma que “a sociedade começa a constituir-se quando a relação-de-negação tende para a negação-em-relação e constitui-se enquanto situação extrema no movimento da prática de oposição” (p. 27).

A oposição legitima as fontes de dominação estrutural, embora possa ajudar a deslegitimar determinadas políticas e processos. Sua contestação e suas vozes tendem a ganhar mais facilmente respeitabilidade e legitimidade perante as instituições cujas políticas são contestadas, perante a mídia e perante o Estado, do que as da resistência. Isso se deve principalmente, e justamente, por ela, a oposição, se formar com base nessa identidade legitimadora da dominação estrutural (defesa da democracia, cidadania, Estado, etc.), traçar caminhos institucionalizados e em geral agir dentro da legalidade para alcançar seus objetivos. Características essas que estão intrinsecamente relacionadas entre si, ou até mesmo se mostram como diferentes expressões da própria natureza institucional da oposição. A preocupação essencial com a boa imagem na mídia e a organização de manifestações em acordo com a polícia são alguns exemplos que ilustram atitudes típicas da oposição à “globalização” e mais especificamente das ONGs, observação essa também feita pelo Reclaim The Streets (2000).

A resistência – dentro da qual se enquadram redes de ação direta formadas por indivíduos e grupos informais, autônomos e diversos no “movimento antiglobalização” – atua em geral fora dos canais institucionais de reivindicação, sempre através da ação

direta⁷, que em grande parte das vezes ganha forma de confronto físico em manifestações de rua. Por essas características ela tende a ser mais facilmente criminalizada pelos poderes constituídos (mídia corporativa e Estado, principalmente)⁸.

Ao contrário da oposição formada por partidos e ONGs, a resistência à “globalização” é formada muitas vezes por grupos informais e possui um caráter horizontal, não-hierárquico.

Parte do sucesso alcançado tanto pelos zapatistas quanto pelas mobilizações dos últimos anos em encontros de organismos como a OMC, FMI, G-8, etc., em termos de pressão aos poderes constituídos e no reequilíbrio de forças, pode ser entendido como sendo resultado da soma da legitimidade da sociedade civil com a ação de confrontação e indisciplina⁹ dos “rebeldes”. Os apelos do Exército Zapatista de Libertação Nacional à sociedade civil demonstram, entre outras coisas, o esforço de evitarem um isolamento que os tornaria alvo fácil de uma repressão e criminalização intensificadas. Ao mesmo tempo em que a ação de indisciplina, rebeldia e confronto – em grande parte exercida pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no caso dos zapatistas – dá visibilidade ao movimento e às suas demandas, ela incomoda e pressiona os gestores políticos.

Por último, a resistência se forma a partir de *identidades de resistência*, que leva à formação de *comunas*, ou *comunidades*, como definida por Castells (1999). Ou ainda a partir de *identidades de projeto*: “Neste caso, a construção da identidade consiste em

⁷ O conceito de *ação direta*, fortemente presente no discurso dos grupos e indivíduos identificados aqui como parte da resistência à globalização capitalista, remonta ao movimento operário e mais propriamente ao sindicalismo revolucionário e às correntes anarquistas.

⁸ Um bom exemplo, entre outros, tem sido a criminalização do Reclaim The Streets e do movimento de ação direta britânico através de uma lei anti-terrorismo elaborada e aprovada após as enormes e pouco comportadas manifestações em Londres nos Dias de Ação Global Contra o Capitalismo, chamados pela Ação Global dos Povos em 18 de junho de 1999 e em 1º de maio de 2000. Nos Estados Unidos, o Reclaim The Streets norte-americano foi oficialmente considerado pelo FBI, antes mesmo dos eventos de 11 de setembro de 2001, como um grupo terrorista e uma ameaça ao país.

⁹ Também no sentido de quebra da disciplina dos corpos que define e mantém um ordenamento social, como enfatizado por Foucault (1991). O que pode ser observado nas manifestações “antiglobalização” no Norte através da prática de ação de rua dos Reclaim The Streets, dos Black Blocks e dos Tute Bianche. Para saber mais sobre esses grupos (ou formas de ação) confira: LUDD, Ned (org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad, 2002.

um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (Castells, 1999, p. 26). Esta última, a identidade de projeto, “produz sujeitos, conforme definido por Alain Touraine” (*ibidem*, p.26).

Em artigo publicado pelo Reclaim The Streets de Londres com o objetivo de clarificar as diferentes tendências e movimentos, principalmente na Inglaterra, dentro das chamadas manifestações “antiglobalização”, pode-se verificar uma identidade de projeto no que eles denominam por “movimento de ação direta” – no qual eles se incluem –, formada a partir de elementos universalistas que ultrapassam limites geopolíticos, étnicos, de gênero, estética, orientação sexual, etc.

O “movimento [de ação direta]” diz respeito à diversidade, mas com o tempo ele desenvolveu uma identidade, que continuará a evoluir. Francamente falando, ele retirou idéias do anarquismo (no sentido político da palavra, pela recusa de hierarquias, do Estado e de partidos políticos), do comunismo (no melhor sentido da palavra, na busca de superar um mundo de trabalho, opressão salarial e individualismo, em favor de um mundo de genuína comunidade) e da ecologia (celebrando e preservando a biodiversidade da qual somos uma parte integrante) (Reclaim The Streets, 2000).

Em artigo intitulado *From Resistance to Revolution: Replacing capitalism with networks of free, autonomous and self-reliant spaces*¹⁰, escrito como resultado de diversas discussões por ativistas da Europa Ocidental envolvidos de variadas formas na resistência à globalização capitalista, na AGP e nas manifestações “antiglobalização”, é explicitado o processo conflituoso que é e tem sido para anticapitalistas autonomistas e anti-autoritários da Europa Ocidental a passagem de uma identidade de resistência primária, da qual foram criados refúgios contraculturais, à criação de um verdadeiro projeto de alternativa social ao capitalismo, que possa transformar as relações e estruturas sociais como um todo. Alternativa essa que é visualizada e proposta como redes internacionais de apoio mútuo e troca formadas por espaços autônomos, auto-

¹⁰ Trata-se de um artigo que serviu de capítulo final ao volumoso livro *Restructuring and Resistance in Western Europe, Diverse Voices of Struggle* (2001) que apresenta artigos escritos por militantes de ação direta de diversos grupos europeus que analisam os variados aspectos das lutas e da situação social, econômica e política na Europa.

sustentados, não-hierárquicos e inclusivos de modo a se criar meios de vida não-capitalistas.

Existem espaços autônomos anticapitalistas na Europa há um bom tempo: experiências maravilhosas de modos de vida coletivos, ecológicos e livres de coerção e exploração, centros sociais com espaço para a participação política autônoma, redes locais de trocas econômicas alternativas etc. (...) E, embora existam brilhantes exceções, em geral eles também são espaços um tanto fechados, se constituindo em áreas de refúgio contracultural onde as pessoas que não compartilham certo ponto de vista político, e às vezes até mesmo certas preferências estéticas, geralmente se sentem bastante indesejáveis, resultando em uma homogeneidade e às vezes até mesmo em sectarismo. (...) Esse limitado alcance se deriva do fato desses espaços serem normalmente construídos por grupos de pessoas relativamente homogêneos, que muitas vezes definem sua identidade coletiva em termos defensivos ou escapistas, refletindo uma mentalidade de resistência que os distancia do resto da sociedade (Anônimo, 2001).

Ao longo desse artigo eles demonstram a clara percepção de que "não devem triunfar nem as pretensões ao monopólio da universalidade, nem as reivindicações de uma especificidade absoluta, de uma diferença intransponível com todos os outros" (Touraine, 1994, p. 319); e que "somente certas formas de combinação entre o apelo universalista à razão e à defesa da identidade particular, contra as formas gerais que são o dinheiro e o poder, permitem a existência do Sujeito" (*ibidem*, p. 314).

Trata-se de um assunto complexo, já que existem obviamente comportamentos, valores e idéias que não podem ser aceitos, não importa o quanto enriqueçam a diversidade. Mas os limites são subjetivos e discutíveis. (...) Conseqüentemente, espaços caracterizados pela diversidade estão destinados a fomentar discordâncias, o que é na verdade positivo, uma vez que a discordância nutre a criatividade e a mudança. Novamente é bom salientar que isso não significa que devemos abraçar uma perspectiva relativista, ou que valores coletivos sejam necessariamente uma má idéia. Pelo contrário, eles são indispensáveis, mas se tornam um problema quando são conduzidos de uma maneira moralista, levando à homogeneidade, sectarismo e isolamento, e muitas vezes a repulsivas relações de poder (Anônimo, 2001).

Podemos falar portanto de um movimento societal, como caracterizado por Touraine (1997), formado pelas redes de ação direta européias que se articulam em torno da AGP?

Referências morais e consciência de um conflito com um adversário social: essas são as duas faces, inseparáveis uma da outra, de um movimento societal. Essa referência moral não pode ser confundida com o discurso das reivindicações (...), o discurso moral do movimento societal fala de liberdade, de projeto de vida, de respeito pelos direitos fundamentais, fatores que não podem ser reduzidos a ganhos materiais (Touraine, 1997, p. 105).

Pela citação acima talvez sim. Contudo, a confrontação das posições e identidades dos grupos e indivíduos europeus envolvidos na AGP – parte da *resistência* à globalização capitalista – leva a problematizar a relação rígida que Touraine estabelece entre as idéias de “revolução”, de “partido político/autoritarismo” e de ausência de autonomia do movimento social. Touraine (1997) constrói a concepção de movimento societal na sociedade pós-industrial como negação da idéia de revolução. No entanto, ele parece vincular a idéia de revolução a uma determinada concepção histórica de revolução própria do marxismo, e que ganhou existência principalmente através do leninismo. Da mesma forma, ele parece confundir “movimento operário” com “marxismo”, atribuindo ao primeiro as características do segundo, ou ainda vincular o imaginário do movimento operário a algumas concepções próprias do marxismo e que não se encontram em outras correntes socialistas. Essas reduções podem fazer com que as formulações teóricas de Touraine sejam de difícil apreensão da formação de determinados movimentos sociais – em meio ao chamado “movimento antiglobalização” –, que não se enquadrariam totalmente assim nem como movimento societal e nem como movimento cultural ou histórico como definido por ele. É o que discutiremos em detalhe a seguir.

3. Touraine, movimentos sociais e revolução

Para Touraine (1997), “a oposição entre essas duas formas de ação e pensamento, a rebelião e o movimento societal, é profunda” (p. 109). Revolução e movimento societal (na sociedade pós-industrial) seriam conceitos excludentes entre si. Vejamos o porquê, segundo o autor:

Um crê na lógica implacável da dominação, nas contradições do sistema, nas rebeliões sociais e na necessidade de uma ação propriamente política para dar-lhes sentido; a outra [forma de ação e pensamento], a que define os movimentos sociais, afirma a existência de atores capazes de derrubar uma dominação social para fazer triunfar, contra seu adversário, as orientações culturais que eles próprios reivindicam. Esses movimentos unem a consciência e a ação, o conflito e a utopia: afirmam sua própria prioridade sobre a ação política (Touraine, 1997, p.109).

Vê-se já na citação acima que Touraine relaciona de forma mecânica, inextricável, rebelião/revolução e "ação política" (tomada do poder por uma elite dirigente, formação de partido político que dirige o movimento, etc.). Isso fica ainda mais claro no trecho reproduzido abaixo.

Sujeito, movimentos sociais, democracia: estes três elementos são inseparáveis um do outro da mesma forma que, do lado oposto, o são necessidade histórica, ação revolucionária e totalitarismo, que conduzem ao inferno da violência e não ao paraíso criador e liberador dos movimentos sociais. Os movimentos sociais, qualquer que seja sua espécie, contêm em si mesmos uma aspiração democrática. Procuram dar a palavra ao que não tem, fazê-los participantes na formação das decisões políticas e econômicas, enquanto que as ações revolucionárias sempre sonham com purificação social, política, étnica ou cultural, sociedade unificada e transparente, a criação de um homem novo e a eliminação de tudo que é contrário a uma unanimidade que muito rapidamente não possui outra razão de ser além de plebiscitar um poder totalitário (*ibidem*, p. 126).

Touraine claramente vincula de forma necessária, inextricável e mecânica "necessidade histórica", "ação revolucionária" e "totalitarismos", e define os movimentos sociais conseqüentemente também pela negação dessa tríade. O seguinte trecho também é elucidativo, quando afirma que a

concepção revolucionária dos movimentos sociais atribui ao povo um papel bem determinado. Se se espera dele que se levante contra uma dominação e exploração intoleráveis, é a elite intelectual e política a única que saberá interpretar o sentido da História, submeter as práticas sociais à razão, tornar realidade o progresso (*ibidem*, p. 101).

Para Touraine, no entanto, a “concepção revolucionária” da qual ele fala parece ser a única existente, a única possível e a única que existiu, inclusive dentro do movimento operário, e por consequência aparece em seu pensamento como descritiva do próprio movimento operário histórico. Essa relação de necessidade, no pensamento de Touraine, entre “revolução” e “ação política”, entre “necessidade histórica”, “ação revolucionária” e “totalitarismo”, entre levante popular e “elite intelectual e política que interpreta o sentido da História”, descreve acima de tudo uma relação de necessidade intrínseca à teoria marxista. Essa relação intrínseca à teoria e às concepções marxistas foi muito bem desvelada, se se pode dizer, por Castoriadis (1982), entre outros. De forma análoga, Besançon (1979) mostra como essas relações de necessidade abordadas por Touraine também são intrínsecas às concepções leninistas. Olhando para a história, essa relação mecânica e necessária entre “revolução” e “ação política”, “revolução” e “totalitarismo” só ganha sentido se se reduz o movimento operário histórico ao marxismo, negligenciando todos as divergências e rachas históricos entre diversos teóricos socialistas clássicos e no próprio seio do movimento dos trabalhadores. Rachas e divergências que giravam justamente em torno de concepções revolucionárias divergentes. Concepções estas que privilegiavam, de um lado a autonomia, o pluralismo, o social, e do outro lado o centralismo, a unidade, o político, o Estado.

Touraine, no trecho que segue, nos deixa claro que não se trata, obviamente, de uma falta de conhecimento histórico de sua parte em relação a essa outra vertente *autonomista*, social, *libertária*, que coexistiu com uma vertente *estatista*, política, *autoritária*, no movimento dos trabalhadores.

França, país de Estado mais que de sociedade, de política mais que de ação social, de revoluções mais que de democracia, constantemente deu preferência, até o dia de hoje, à concepção mais política da mudança social, a que associa o sofrimento e a rebelião populares a uma ação propriamente política que marginaliza os esforços de organização autônoma dos movimentos sociais e não deixa mais do que um lugar reduzido ao sindicalismo de ação direta ou aos primitivos da revolta, como os denomina Eric Hobsbawm, que crê – também ele – que somente o partido político pode superar seu primitivismo (*ibidem*, p. 109).

No entanto, Touraine, assim como Hobsbawm, marginaliza essa corrente autonomista do movimento operário histórico, acaba reduzindo o movimento operário ao marxismo (ou à corrente influenciada pelo marxismo) e a concepção de revolução àquela própria do marxismo. Essa corrente *autonomista*, no entanto, não foi marginal na história, ela simplesmente foi marginalizada nos livros de história, a começar pelos de Hobsbawm.

Até à formação da I Internacional (1864), o debate teórico dentro do movimento operário, ou dentro do socialismo, se focava na França¹¹, em especial nas figuras de Proudhon e Blanc. De certa forma, até à Comuna de Paris (1871), foram estes os pensadores mais influentes dentro do movimento operário. As visões divergentes de Proudhon e Blanc se reproduziam dentro da Internacional, ficando marcada historicamente pelas disputas entre Bakunin e Marx, disputas essas que gerariam em seguida o racha da Internacional. Posteriormente, nos próprios processos revolucionários levados a cabo pelo movimento dos trabalhadores, fosse por exemplo na Rússia e na Ucrânia de 1917 ou na Espanha de 1936, essa cisão mostrou-se claramente, e as correntes *autonomista* e *estatista* até mesmo se confrontaram em batalhas.

No âmago do pensamento de Proudhon, por exemplo, estava o combate à idéia de uma sociedade unificada, à idéia de unidade. Proudhon foi um dos grandes filósofos e defensores ferrenhos do federalismo, da descentralização, do pluralismo, da autonomia, da autogestão, da ação social contra a direção política, da sociedade contra o Estado¹². Dentro dessa corrente autonomista do movimento operário, iniciada teoricamente por Proudhon, a idéia de revolução também se fazia presente, mas não a de “necessidade histórica” e nem a “ação política”. E as concepções que a conduziam implicavam, ao contrário do marxismo, na negação de partidos políticos, de direção política ou de elite intelectual dirigente¹³. Além da Comuna de Paris, essa verve revolucionária, federalista, pluralista e autonomista do movimento dos trabalhadores produziu experiências históricas como, por exemplo, o movimento makhnovista na

¹¹ Em carta a Engels, Marx até mesmo afirmava que a vitória da Prússia sobre a França, “transferiria, além do mais, da França para a Alemanha, o centro de gravidade do movimento operário europeu” (Marx *apud* Joyeux, 2001, p. 22).

¹² Cf. BANCAL, Jean. *Proudhon: Pluralismo e Autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984.

¹³ O que torna o marxismo potencialmente uma ideologia totalitária não seria desse modo o apelo a uma revolução, mas o apelo à tomada do poder, à ação política e o apelo intrínseco a uma *intelligentsia* dirigente.

Ucrânia (1917-1920)¹⁴ e as coletivizações na revolução espanhola de 1936¹⁵. Em ambos casos tratou-se de movimentos revolucionários de trabalhadores que não visavam tomar o poder; travavam luta não somente contra os regimes vigentes, mas também contra os bolcheviques, em favor da autonomia e da autogestão, através de uma ação social em contraposição à “ação política” dos bolcheviques. Mesmo no Brasil, essa corrente do movimento operário não foi marginal, ao contrário, ela foi preponderante, desde o nascimento do sindicalismo no Brasil até os anos 1930¹⁶.

Entre o marxismo (leninismo) e o liberalismo há um mundo a construir, como diria Proudhon (Bancal, 1984). A escolha não é somente entre um comunismo totalitário e o liberalismo, ou entre uma revolução que muda as elites no poder e uma democratização.

Nas formulações de Touraine sobre o movimento operário e na construção da sua concepção de revolução transparece a redução que ele efetua, negligenciando a existência e importância histórica da corrente socialista libertária do movimento dos trabalhadores: movimento operário e marxismo se confundem em Touraine, assim como revolução e bolchevismo/jacobinismo. Esse corte, essa redução, dificulta o entendimento e apreensão de alguns movimentos sociais contemporâneos, entre eles, o que tratamos neste artigo: a rede AGP européia. Uma consequência dessa redução é a dificuldade em enxergar pontos de identificação desse movimento com o imaginário e as aspirações do movimento operário histórico e em enxergar a sua relação com o ideário e as concepções socialistas libertárias que surgiram em meio ao movimento operário e que o animaram em grande parte. Um exemplo interessante dessa relação pode ser retirado das manifestações dos últimos três anos no 1º de Maio em Londres, que geraram enorme atenção da polícia e da mídia locais. Em 2000 especialmente, no 4º Dia de Ação Global convocado pela AGP – o único Dia de Ação Global que não coincidiu com uma cúpula ou encontro de organismos gestores do capitalismo mundial –, ocorreu a maior manifestação de 1º de Maio em décadas na Inglaterra. Esses

¹⁴ Cf. MAKHNO, Nestor. *A Revolução Contra a Revolução*. São Paulo: Cortez, 1988; e BERKMAN, Alexandre; MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

¹⁵ Cf. PEIRATS, José. *La CNT en la Revolución Española*. Cali: Madre Tierra, 4º ed., 1988; e CNT. *A Guerra Civil Espanhola nos Documentos Libertários*. São Paulo: Imaginário, 1999.

¹⁶ Cf. SILVA, Jorge E. *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias (1890-1935)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000

eventos públicos de rua não foram realizados por sindicatos ou “grupos operários” (embora esses também tenham feito as suas tradicionais marchas e discursos). Foram elaborados por uma miríade de grupos muitas vezes informais que tinham como fundo comum uma crítica ao capitalismo e que possivelmente seriam enquadrados dentro do discurso sociológico predominante como parte dos *novos movimentos sociais*. A escolha e a importância que dão ao 1º de Maio, no entanto, nos diz alguma coisa: uma relativa estreita identificação com a luta e o projeto de emancipação social do movimento operário do século XIX, dos “mártires de Chicago”.

Outra dificuldade vinda da redução e corte efetuado por Touraine – a não ser que se reportasse ao inusitado, ao novo – por exemplo, seria explicar a idéia de revolução presente no discurso de vários participantes da rede AGP europeia, encontrado no artigo *From Resistance to Revolution*. Trata-se de uma idéia de revolução que não era estranha ao movimento operário¹⁷ e que, também de forma não estranha ao movimento operário histórico, se harmoniza com as idéias de autogestão, pluralidade, autonomia, negação da ação política, da ação mediada por uma direção política, como fica claro ao longo do artigo *From Resistance to Revolution*. No trecho reproduzido abaixo, extraído do mesmo artigo, encontramos tanto a vontade de retomar e manter um ideal revolucionário, como também podemos apreender que a relação de Touraine com a idéia de revolução parece ser aquela mesma da média dos europeus: uma forte vinculação desse significante com uma concepção política autoritária que traumatizou muitos e desiludiu tantos outros. Um interessante momento em que o discurso do “movimento social” parece explicar o discurso do sociólogo.

Quando este livro¹⁸ estava para ser finalizado, o editor propôs um título que incluísse a palavra ‘Revolução’ para os autores dos capítulos, os quais estão, na sua maioria, ativamente envolvidos em movimentos anticapitalistas na Europa Ocidental. Alguns expressaram reservas bastante sérias em relação à inclusão dessa palavra e esperavam que ela não fosse incluída. Argumentavam que ela era muito associada às terríveis atrocidades e ao despotismo das ditaduras comunistas, ou que falar de revoluções neste continente estaria muito fora da realidade. Uma pessoa chegou a dizer que retiraria seu capítulo se essa palavra fosse incluída no título do livro.

¹⁷ Cf. BUBER, Martin. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

¹⁸ Trata-se do livro *Restructuring and Resistance in Western Europe, Diverse Voices of Struggle*. Veja a nota 8.

Essa história revela a extensão da apropriação de um conceito bastante fundamental e necessário pelos defensores de burocracias despóticas e hierárquicas. Como conseqüência, aqueles que sustentam idéias revolucionárias neste continente são vistos pela maioria das pessoas como violentos nostálgicos de cinzentas tiranias, como fãs anacrônicos e demagógicos do poder. E isso, mesmo para pessoas que acreditam que necessitamos de 'uma drástica transformação de longo alcance na maneira de pensar e se comportar', em outras palavras... uma revolução.

Isso é mais do que um problema semântico. As conotações negativas desse termo levaram a uma erosão sem precedentes da nossa imaginação revolucionária, a qual, junto com as condições objetivas que torna impraticável a transformação social em larga escala na Europa Ocidental, levaram muitas pessoas que possuem convicções anticapitalistas e anti-autoritárias a construir suas próprias alternativas longe do resto da sociedade, ou a focalizarem suas atividades em áreas restritas onde sentem que podem pelo menos alcançar alguns resultados concretos (...).

Este artigo procura encorajar aqueles que rejeitam a ordem social vigente, mas que também se opõem a estruturas de poder centralizadas e regimes hierárquicos, a reclamar o conceito de revolução e redefini-lo através de práticas que possam ir além do quadro dos Estados-Nação e de clássicas (e cada vez mais obsoletas) concepções sobre a classe trabalhadora. Ele toma uma firme posição em favor de estratégias revolucionárias diversas, autodeterminadas e descentralizadas (mas interligadas) para criar espaços livres, autônomos que se relacionem entre si sobre a base do respeito e da igualdade (Anônimo, 2001).

Dessa forma, podemos nos perguntar se a oposição revolução/democratização utilizada por Touraine para definir os movimentos sociais na sociedade pós-industrial, não deveria, em benefício da integralidade do seu pensamento, dar lugar simplesmente às oposições social/político, autonomia/heteronomia. Seria possível de outra forma apreender boa parte da *resistência à globalização capitalista*?

4. Referências bibliográficas

ANÔNIMO. "From Resistance to Revolution: Replacing capitalism with networks of free, autonomous and self-reliant spaces". In: ABRAMSKY, Kolya (ed). *Restructuring and Resistance in Western Europe, Diverse Voices of Struggle*. [versão eletrônica] 2001.

BANCAL, Jean. *Proudhon: Pluralismo e Autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BERNARDO, João. *Dialéctica da Prática e da Ideologia*. Porto: Afrontamento, 1991.

BESANÇON, Alain. *As Origens Intelectuais do Leninismo*. Lisboa: Via Ed., 1979.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ªed, 1982.

EZLN. "A Quarta Guerra Mundial Já Começou". In: DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (orgs.). *A Revolução Invencível: cartas e comunicados, subcomandante Marcos e EZLN*. Boitempo: São Paulo, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAEBER, David. The New Anarchists. In: *New Left Review*. Londres: jan.-fev. 2002, n. 13. pp. 61-73.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

JOYEUX, Maurice. "Karl Marx, A Tênia do Socialismo!". In: BARRUÉ, Jean; etalii. *Os Anarquistas Julgam Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001.

MUZIO, Gabriele. "A globalização como o estágio de perfeição o paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo". In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

RECLAIM THE STREETS. So what these anticapitalists want? *Financial Crimes*. Londres, set. 2000. Disponível em: <www.financialcrimes.com>. Acessado em: setembro de 2000.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. "De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal". In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (orgs.). *Resistências Mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.